



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MIRANDELA

[Handwritten signature]

ACTA N.º 2
REUNIÃO ORDINÁRIA
27 DE ABRIL DE 2022

PRESENCAS	Presidente: Sílvio António dos Santos 1º Secretária: Brigitte Meneses Pereira 2º Secretário: João Miguel Ferreira Martins Restantes Membros: António José Borges Reboredo Cândido Filipe Castro Nascimento Duarte Nuno Teixeira Carneiro Eliete Margarida Guilheiros Lopes Francisco José Ferreira Pires Humberto Carlos Santulhão Taveira Márcio Nuno Carneiro de Sá Roger do Nascimento Ferreira Sara Alexandra Lobreiro Ausentes: Ana Filipa de Sá Pires
	19:15 Horas
LOCAL DA REUNIÃO	Sede da Junta de Freguesia

ORDEM DE TRABALHOS

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
De acordo com o artigo quadragésimo primeiro e do regimento da Assembleia de Freguesia de Mirandela temos já reunidas as condições para a realização da Assembleia de Freguesia. -----
Informo desde já que é substituído o membro Ricardo Pires por Ana Filipa Pires, contudo não está presente. -----



1º PONTO – Ata – Leitura, discussão e votação da 1ª Sessão Ordinária de 14 de Dezembro de 2021

Primeiro ponto, leitura, discussão e votação da ata da Assembleia de Freguesia realizada a catorze de Dezembro de dois mil e vinte e um. Visto que a mesma foi previamente enviada, questiono a Assembleia se poderemos dispensar a sua leitura na íntegra. Sim. Quem vota contra, quem se abstém, quem vota a favor? Aprovado por maioria, com uma abstenção, por ausência na sessão anterior. Dispensamos assim a leitura do documento. -----

Não sei se alguém quer intervir sobre este ponto? o membro Roger Ferreira : -----

Muito boa tarde a todos, cumprimento o senhor presidente da assembleia, os senhores secretários, o senhor presidente da junta, restante executivo, membros desta assembleia e público presente. Eu, vendo aqui a ata da reunião ordinária de catorze de Dezembro de dois mil e vinte e um, e a ata de facto está redigida, e dou os parabéns aos seus secretários porque mesmo com a falta do apoio áudio em termos de memória conseguiram redigir a ata, e que está realmente bem feita. Não concordo com a ata nos pontos iniciais porque recordo-me perfeitamente que em Dezembro das primeiras pessoas a intervir fui eu e que disse aqui algumas coisas sobre a questão da falta da gravação das atas, e a falta do regimento que nos foi entregue na altura, falei sobre essas coisas todas, e depois aqui na ata, começo a ler a ata e parece-me que está ao contrário, porque a mesa da assembleia de freguesia falou e disse coisas que eu já tinha dito antes. Portanto o primeiro a intervir fui eu. Quando levantei essas questões fui eu que as levantei. E o senhor presidente da assembleia depois veio dizer aqui e “tal tal tal”. E só depois é que vem a minha intervenção. Penso que parece que estava a levantar as questões e eu a responder. Foi ao contrário. Eu é que levantei as questões e o senhor presidente respondeu, pois, o senhor presidente com a ajuda também do senhor presidente da Junta responderam. Portanto parece-me que está enviesada a ata. Portanto, por isso é que devia vir primeiro a minha intervenção e depois a resposta do senhor presidente da assembleia e do senhor presidente da junta. Portanto, por isso vou dizer que me vou abster na votação desta ata. Obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? -----

De facto, não existiu apoio técnico para alguma gravação, mas faço questão de dar nota que tentamos que a ata reflectisse ao máximo aquilo que ocorreu, com base numa gravação que não reunia as melhores condições. Foi feita em telemóvel e concordo plenamente que o membro Roger Ferreira referenciou isso tudo o que disse. Aliás está plasmado na ata, mas também certamente recordarão que nós próprios, a mesa, inicialmente anunciou logo a falta de gravação como esperávamos. Acredito que foi isso, não há aqui qualquer tentativa de enviesar a ata, antes pelo contrário tentamos transferir para aqui, ao máximo pormenor aquilo que foi possível aproveitar da gravação, mas obviamente que será também registada a sua intervenção aqui nesta assembleia de hoje. Posto isto passava então à votação da aprovação desta ata: quem vota contra? quem se abstém? A ata é aprovada por maioria, com duas abstenções.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

2º PONTO – Primeiro Período de Intervenção Aberto ao Público

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
Segundo ponto, Período de intervenção aberto ao público, não sei se há público presente, há. Não sei se alguém se quer inscrever para participar nesta assembleia de hoje. Não havendo avançamos. -----

3º PONTO – Período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
Terceiro ponto, período antes da ordem do dia, com base no artigo trigésimo primeiro, que confere a possibilidade para intervenções. Algum membro da assembleia pretende intervir neste ponto? antes da ordem do dia, algum assunto extraordinário que se possa aqui apresentar?
Membro Roger Ferreira: -----

Pronto, fazer só aqui um reparo, diz aqui na convocatória, primeiro ponto de intervenção. Ora nós ficamos aqui na dúvida, eu pelo menos fiquei, não sei se as outras pessoas também ficaram, o primeiro ponto, o segundo ponto, o período de intervenção. Mas de quem? Dos membros da assembleia ou do público? É que devia vir aqui em explícito que devia ser intervenção aberta ao público, que não está aqui. De intervenção, pressupõe-se que pode ser qualquer pessoa que possa intervir, não é do público, portanto não devia estar assim, devia estar mais completa o período de intervenção aberta ao público, assim como o nono...o décimo ponto, também diz segundo o período de intervenção, também devia estar explícita, devia ser intervenção aberta ao público. E uma outra questão, que depois falei mais tarde, é outra questão, mas que falarei depois no nono ponto, nos outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
Mais alguém pretende intervir neste ponto? Terceiro ponto, o período antes da ordem do dia. Senhor Presidente da Junta, não sei se nos quero prestar algum esclarecimento adicional? Não.

4º PONTO – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de Setembro

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
Ponto quarto. Informação escrita do presidente da junta de freguesia, nos termos da alínea e) do número dois do artigo nono da lei setenta e cinco mil e treze de doze de setembro. Inscrições para este ponto quarto: António Reboredo: -----

Muito boa tarde a todos, começo por cumprimentar o senhor presidente da assembleia, a restante mesa, o senhor presidente da junta e o executivo, membros desta assembleia, público presente, aproveito também para cumprimentar a nossa técnica áudio, também está aqui a dar apoio e que a partir de agora se calhar estará connosco. -----

Dois ou três pontos rápidos, só pedir esclarecimento ao senhor presidente da junta, neste caso específico o primeiro tem a ver com a transferência de competências da câmara para a junta, saber exactamente em que ponto de situação é que o assunto está, e o outro caso que eu quero perguntar é o espaço do cidadão, antes de mais felicitar pelo facto de já ter sido estabelecido o protocolo com a Agência da Mobilização Administrativa, mas saber se há alguma data de abertura que esteja já prevista, e depois em relação aos trabalhos da freguesia, no investimento que temos cerca de trinta mil euros neste trimestre julgo que a maior parte destas obras vieram todas do mandato anterior. Só perguntar ao senhor presidente se realmente já tem também um plano de intervenção para este mandato. E para já era só obrigado. Obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
Mais algum membro se pretende inscrever neste ponto? Não. Senhor presidente da junta: -----
Muito bem, boa tarde a todos, cumprimentar o senhor presidente, cumprimentar os seus Secretários, membros da assembleia, público presente, à nossa cara Carla, obrigado pelo apoio que é indispensável naquilo que é depois o trabalho imprescindível da mesa na elaboração da ata deste órgão deliberativo. Antes de mais, respondendo ao nosso membro da assembleia, que tem a ver com o primeiro ponto da transferência de competências, isto é, as transferências de

competências que parte do município para a Junta de Freguesia, como é que está a situação? Bem, o ponto de situação, estamos numa fase final de negociação, isto é, a junta de freguesia manifestou a sua vontade daquilo que eram as competências a serem transferidas. Parte muito de um pressuposto que é muito importante. O que é que nós queremos para a Junta de Freguesia urbana? Isto é, se queremos uma junta de freguesia apenas de prestação de serviço ou queremos uma junta de freguesia naquilo que seja uma intervenção séria na comunidade, na sociedade, com responsabilidades de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, isso é um ponto fundamental e como devem imaginar nós estamos numa área urbana em que as responsabilidades ou as competências podem ser transferidas sobretudo para o ano de dois mil e vinte e três. São algumas transferências que englobam complexidade, englobam preparação, englobam uma logística daquilo que é a adaptação da própria Junta de Freguesia, uma nova realidade administrativa que irá ter para o próximo ano. Eu não me quero alongar muito nesta fase, estamos numa fase final da negociação, as competências que irão ser transferidas irão ser trazidas aqui à Assembleia de Freguesia para aprovação aquilo que é o nosso plano, mas para terem uma noção nós estamos a falar sobretudo de uma área que é a área da limpeza urbana. Até trinta de junho nós temos que terminar o processo, comunicar já com as devidas deliberações das assembleias de freguesia e municipal. Muito provavelmente vamos ter que fazer uma assembleia extraordinária exactamente só para debater este tema e porquê? Porque as assembleias de freguesia ordinárias são para junho, bem como a municipal, e a assembleia de freguesia terá que deliberar antes da própria assembleia municipal. Conclusão, muito provavelmente vamos ter que realizar uma assembleia só para isso. -----

O que vos posso adiantar em termos de responsabilidades? Nós aceitamos aquilo que era a responsabilidade em termos de transferências e fizemos uma primeira proposta financeira ao município sobre aquilo que entendemos como resposta aceitável da Junta de Freguesia, como melhoria da resposta ao cidadão, e fizemos a nossa proposta financeira das diferentes áreas e estamos a falar de limpeza urbana, gestão de feiras, depois de uma série de procedimentos, em termos de competências administrativas que não envolvem propriamente valor financeiro, envolvem sim uma adaptação administrativa importante do nosso lado e isso foi feito neste momento, do outro lado, para decisão, está numa fase final de recolha de informação da parte do município. Era importante percebermos o que é que o município por exemplo tem em termos de equipamentos que vai ser transferido para a junta de freguesia, e nós estamos a falar não só de equipamentos por acordo com o dado, mas também de recursos humanos. E isto engloba uma logística em termos administrativos, em termos de preparação muito importante que o próprio município também tem de fazer esse trabalho e agora está na fase final de decisão do órgão executivo municipal, Mas a mim parece-me muito importante que as juntas de freguesia urbana assumam aquilo que são algumas responsabilidades que neste momento estão na esfera municipal e que parece prudente que possam ser transferidas para estas outras freguesias com capacidade de intervenção. A área da limpeza urbana, a área da gestão das feiras, a área da gestão dos cemitérios e outro tipo de situações, que também podem não ser já transferidas porque nós também não queremos receber tudo de uma vez e depois ter uma capacidade limitada em termos de intervenção, em termos de nos adaptar à realidade. Conclusão, isto vai ser um processo que vai começar neste ano. Vai ser um processo que inicia formalmente a janeiro de dois mil e vinte e três, mas é um processo para ser continuado. E vocês sabem que existem transferências do estado central para os municípios e dos municípios neste momento para as juntas de freguesia. Para vocês terem uma noção essa comunicação terá que ser reportada a trinta de junho. Para já dar-vos nota, nós declinamos nesta fase a gestão das zonas verdes. E porque é que declinamos a gestão das zonas verdes? Tem a ver simplesmente com uma questão logística em termos de adaptação, recebermos aquilo que vamos receber sobretudo a área de limpeza urbana estamos a falar de um bolo de recursos humanos significativo mais de vinte trabalhadores, isto é um bolo financeiro que são mais de duzentos mil



The image shows a handwritten signature and initials in the top right corner. The signature appears to be 'Beira' and there are some initials above it, possibly 'F.' and 'Z'.

euros, estamos a falar de algo muito importante e não nos parecia prudente juntar no mesmo ano a gestão dos espaços verdes e a limpeza urbana que são duas áreas extremamente complexas para gerir numa fase inicial. Por isso assumimos essa responsabilidade já em termos de decisão de não sequer negociar esse item e partirmos ou trabalharmos em todos os outros que merecem a nossa atenção e o nosso cuidado. -----

A questão do espaço de cidadão, o espaço cidadão foi formalizado, o protocolo creio que no dia vinte e dois de Fevereiro, reparem, o Espaço Cidadão não é nada mais do que um centro de atendimento dos organismos centrais, são cerca de três entidades, disponibiliza cerca de duzentos serviços, desde a renovação do cartão de cidadão, desde a renovação da carta de condução, desde tratamento administrativo na área da ADSE, desde tratamento administrativo na Caixa Geral de Apresentações, etc. Parece-me mais que necessário aumentarmos o espectro de atendimento. Neste momento não vou dizer uma data, estamos numa fase final de formação dos colaboradores, isto é, já temos cinquenta por cento dos colaboradores formados, já poderíamos abrir neste momento, o que falta é o envio das credenciais e o tratamento administrativo através da agência de modernização administrativa, e falta depois formar os outros cinquenta por cento, nós vamos ter um horário de atendimento oito e trinta, dezassete e trinta, um horário bastante alargado que permite aos cidadãos resolver uma série de questões. Eu propriamente acho que o Espaço Cidadão tem que ser alargado a outras juntas de freguesia. Nós iniciámos este passo que foi importante, não é? Trabalhamos no layout, trabalhamos naquilo que era a parte de logística do atendimento, da melhoria da parte informática, e fizemos o processo inicial formativo dos trabalhadores, agora acho que não só Mirandela deve ter, mas acho que outras freguesias devem ter para melhorar o programa assistencial à população. -----

Em relação àquilo que eram os investimentos. Os investimentos de cerca de trinta mil euros foram executados, não são trinta mil, são um pouco mais, porque agora estamos numa fase final em termos de fecho da segunda fase do calcetamento da rua de Castelo Velho, que creio já esteja concluída, e também irá entrar para processo final de pagamento. Esses trinta mil euros realmente partem de adjudicações anteriores, mas foram concluídas neste mandato e vão ser pagas neste mandato, por isso essa parte está em termos de responsabilidade, assumida, o que em termos de melhoria do plano de investimento e nós quando estamos a falar do PPI estamos a falar numa série de rubricas que temos vindo a executar, não só as questões da segurança, nos corrimões que foram colocados, não só a melhoria dos equipamentos de logística, que são muito importantes, reparem que numa fase inicial não havia sequer equipamentos para que os trabalhadores que façam a prestação de serviços connosco, consigam resolver pequenas situações de corte e erva, de limpeza, e isso é tudo investimento, não é? A compra duma carrinha para dar apoio a estes trabalhadores é um investimento importante, foi um investimento de mais dezanove mil euros, que também era uma lacuna que nós tínhamos do nosso lado, os trabalhadores para colocar as moto-roçadoras, colocavam-nas atrás, na bagageira da Renault Kangoo, Ora estão a ver como é que aquela carrinha neste momento está em termos de trato, não é? E o que é que se fez? Fez-se esta aquisição importante de uma carrinha que está neste momento numa fase de transformação, que é para otimizar. Está numa fase final de transformação para que se possa levar as moto-roçadoras, para que possa levar todo o equipamento, as motosserras, que permita também alguma limpeza, alguma lavagem de rua que seja necessária, e esse trabalho está a ser feito, e isso é investimento o que está a ser feito no plano de investimentos numa fase inicial, vai-me perguntar se poderíamos optar por pavimentar uma rua ou fazer a compra de uma carrinha, podíamos pavimentar é verdade, mas de certeza que iríamos manter o problema e não iríamos conseguir resolver uma série de situações que temos no nosso dia-a-dia. -----

De resto não tenho mais nada a acrescentar, obrigado a todos, obrigado senhor presidente. ----
Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Não sei se estamos todos esclarecidos, se queremos colocar alguma questão adicional. Não, assim sendo obrigado pela clareza na explicação senhor presidente. -----

5º PONTO – Proposta de Autorização Para Celebração de Financiamento a Curto Prazo nos Termos do nº 5, do art.º 55º, da Lei 13/2013, de 03 de Setembro

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Quinto ponto, proposta de autorização para celebração de financiamento a curto prazo nos termos do número cinco, do artigo quinquagésimo quinto, da Lei treze, dois mil e treze de três de Setembro, sobre esta proposta que nos chega questiono se alguém se quer inscrever neste quinto ponto? António Reboredo. Mais algum membro? -----

António Reboredo: mais uma vez boa tarde a todos, não tivemos acesso prévio a nenhuma documentação sobre este ponto, nenhuma nota justificativa da necessidade, é só para saber exactamente se o senhor presidente da Junta nos pode esclarecer sobre o que causou esta necessidade, o financiamento a curto prazo é para projetos que já vêm de trás? é para projetos futuros? Gostávamos de alguns esclarecimentos sobre isto. Muito obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Senhor presidente da Junta, pode-nos esclarecer por favor? -----

Presidente da Junta de Freguesia: -----

Muito bem, mais uma vez cumprimentar a mesa, senhor presidente, senhores secretários, restantes membros da Assembleia, público. Em relação a este ponto, vem anexo em termos de informação uma decisão do executivo na ata de dezanove de Abril, o motivo daquilo que era a apreciação em termos desta necessidade que nós trazemos à assembleia, o pedido de autorização em termos de financiamento a curto prazo, isto é, estamos a falar num financiamento que não pode ir além dos vinte por cento do FEF, cerca de vinte e sete mil duzentos e noventa e oito ponto quarenta euros, e não é para nenhuma obra em específico, o que é que nós queremos neste momento ou o que é nos parece haver essa necessidade, tem a ver com termos da nossa posse instrumentos financeiros de salvaguarda de soberania. Significa que desde Janeiro que nós estamos em termos de transferência daquilo que são os duodécimos, como vocês sabem, do fundo de financiamento às freguesias, da própria transferência do acordo de cooperação e desenvolvimento da atividade do município. Essas verbas em duodécimos daquilo que era o paradigma normal de transferências do estado central e da administração local não são iguais a outros anos anteriores, embora o que se traz aqui é uma resolução que pode haver necessidade para cumprir compromissos financeiros, se houver essa necessidade. Estamos a falar sobretudo de um descoberto financeiro caso exista essa necessidade. Por isso é que o financiamento é um financiamento de curto prazo, um financiamento de resolução do ano económico. Se tivermos necessidade de fazer algum tipo de pagamento, cumprimos, aquilo que neste momento estamos a fazer que é cumprir aos fornecedores o pagamento a zero dias. É feito o processamento administrativo e no próprio dia é feito o pagamento. Nós queremos manter. É essa salvaguarda, apenas em termos de gestão de tesouraria, que nos permite se houver necessidade colocar algum tipo de verba que receberíamos no segundo semestre, no primeiro semestre. Não é para nada específico, é um empréstimo de curto prazo, no máximo dos vinte por cento do FEF e se houver necessidade utiliza-se se não houver necessidade não se utiliza. Agora o que é que nós queremos garantir? Queremos garantir aquilo que é a honra dos pagamentos e que os salários sejam todos processados ao dia correcto, e que se houver alguma dificuldade naquilo que são as transferências do estado central e da administração local, nós termos esta salvaguarda financeira em termos de utilização e estarmos completamente descansados sobre essa problemática que pode existir. Pode existir, como pode não existir, é uma questão meramente administrativa ou contabilística que nos ajuda na gestão financeira do dia-a-dia. Como muitas empresas fazem, e nós na nossa vida pessoal fazemos, existem autorizações de descoberto financeiro e neste caso a junta de freguesia não tem nenhuma autorização de descoberto financeiro lançada e parece-me prudente iniciarmos este ano porque



para o próximo ano o volume financeiro irá ser muito superior e então estes mecanismos financeiros devem estar salvaguardados pela assembleia com a aprovação e que nos possamos dar essa permissão para celebrar este tipo de empréstimo. Muito obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Obrigado senhor presidente. Penso que mais uma vez foi claro na explicação. Todos nós folgamos em saber que de facto é um mero ato de gestão e de salvaguarda de cumprimento com os fornecedores, toda a Junta de Freguesia e esta assembleia sairá beneficiada com esse cumprimento. Passamos, e não havendo mais inscrições, então à votação deste ponto. Relembro, a proposta de autorização para celebração de financiamento a curto prazo, nos termos do número cinco do artigo quinquagésimo quinto, da Lei treze dois mil e treze, de treze de três de setembro. Quem vota contra, quem se abstém, o quinto ponto é aprovado por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

6º PONTO – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas (Conta Gerência e Relatório de Gestão 202), nos Termos da alínea b) do nº 1 do art.º 9º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Sexto ponto da nossa ordem de trabalhos: apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de gerência e relatório de gestão dois mil e vinte e um, nos termos da alínea b) do número um, do artigo nono, da lei setenta e cinco dois mil e treze, de doze de setembro. Aqui, antes de pedir os vossos contributos, queria só solicitar ao executivo que no documento que nos foi facultado no relatório de contas de gestão do ano dois mil e vinte e um, seja substituída a página quatro, por um lapso, certamente por esquecimento, onde é apresentada a identificação do responsáveis destes dois órgãos, quer do órgão executivo, quer do deliberativo, o órgão executivo está plenamente correcto, o órgão deliberativo, a assembleia de freguesia, constam apenas doze elementos. Como sabemos a Assembleia de freguesia é constituída por treze elementos, estando em falta a inclusão nesta listagem do membro Francisco José Ferreira Pires. Pedia que fosse corrigido o documento original que depois seguirá para as entidades competentes. De seguida passava então a pedir os vossos contributos para este ponto, algum pedido de esclarecimento alguma questão, o membro Roger Ferreira, depois o membro António Reboredo. -----

Roger Ferreira: -----

Muito obrigado senhor presidente. Aproveitar para os cumprimentar. Exactamente pegou naquilo que eu ia dizer, porque já me tinha apercebido que havia aqui um lapso. Eu pensei que era um lapso e pelos vistos é mesmo um lapso. E não via aqui o meu camarada Francisco Pires, dentro desta listagem. Estávamos só doze, a assembleia é constituída por treze, como bem disse, pronto, em relação a esse ponto estamos despachados, digamos assim. Em relação a este relatório, que é extenso, mas não é por ser muito extenso que vocês não o leram com atenção. Tem trinta e tal páginas, acho eu, mas é um documento que é visível estar bem elaborado, está muito bem elaborado e transparece aqui todas as realidades que têm sido desde o início até agora, até Abril, aquilo que tem sido a gestão deste executivo e desta junta também, dos membros da assembleia, com o seu contributo nas assembleias, e que é fácil de leitura e que está de acordo com tudo aquilo que são os fluxos de caixa, os resumos, as transferências, etc., está engraçado, até tem um grafismo engraçado, e facilita. Portanto nós iremos aprovar este relatório de contas. Muito obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Obrigado membro Roger Ferreira, membro António Reboredo, por favor: -----

Boa tarde novamente. As contas aqui reflectem o trimestre, não se pode avaliar a execução financeira dum ano inteiro, pois este executivo não esteve o ano inteiro. Só queria chamar aqui à atenção que constatei do relatório, e não quero com isto, claro, pôr sequer em causa a

transparência, a correção das contas, mas há um pequeno reparo, a ser feito, a contabilista certificada, no que concerne à gestão de caixa da junta de freguesia, parece-me que se devem adoptar estas boas práticas por ela referidas. Era só esta chamada de atenção. Obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Obrigado. Mais algum membro que queira intervir? Senhor presidente quer-nos então apresentar o documento? -----

Presidente da Junta de Freguesia: -----

Mais uma vez cumprimentar a mesa, senhor presidente, senhor secretários, todos os membros, público. Agradecer as palavras do professor Roger pela elaboração do documento, o documento não é do executivo, é da Junta de Freguesia, e espelha aquilo que é a gestão financeira da Junta de Freguesia em dois mil e vinte e um, em relação àquilo que disse o nosso amigo Reboredo a identificação da sugestão da técnica de contas, que certifica o documento, realmente coloca lá uns itens e por isso mesmo a que nós anexamos não escondemos nada daquilo que é a demonstração financeira de dois mil e vinte e um, alguns itens que ela referiu, a mim também me espanta a referência que ela fez. Porquê? Porque muito me estranha algumas referências, nós estamos a cumprir claramente aquilo que é a gestão financeira da autarquia, ela fala em concreto daquilo que era o fluxo de caixa e o que é que estamos a falar do fluxo de caixa para vocês terem a noção? O que é que acontece? A junta de freguesia faz o apoio social a uma série de pessoas, mais de cinquenta agregados, mais de trezentas pessoas. ao longo do ano e estes pagamentos que são feitos de forma a que não sejam entregues diretamente à pessoa e sejam pagos através de terminais de pagamento. Quando nós falamos em pagamentos estamos a falar de bens essenciais como água, luz, gás, e estes apoios sociais são deliberados daquilo que é uma análise da condição financeira do requerente e verificação da sua condição de necessidade em termos de recursos, é feito em termos de dinheiro, diretamente da junta de freguesia. O que é que acontecia até Novembro, melhor, até Dezembro, de dois mil e vinte e um. Havia necessidade de fazer levantamento para a caixa, era passado um cheque pelo executivo. Era feito o levantamento do cheque da conta da Caixa, e depois diretamente colocada no fundo de maneiio. O que é que nós, a partir de Dezembro passámos a utilizar? Passámos a utilizar, vamos chamar levantamentos diretamente da conta, neste caso da junta de freguesia a colocar o dinheiro no fundo de maneiio para que depois possamos fazer o pagamento através dos terminais que nós temos em utilização, exactamente para termos a certeza que aquele dinheiro era utilizado especificamente para aquele fim. O que é que queremos evitar com isso? Queremos evitar transferir a verba financeira para o agregado e assim termos a certeza que aquele apoio social, que foi deliberado, ou que foi despachado pela Junta de Freguesia, tinha o seu fim exactamente para o qual tinha sido decidido. Então foi uma formalidade em termos administrativa. Resolvemos essa questão dos cheques, porque neste momento não estamos a utilizar cheques, estamos a fazer levantamentos, e registos para o fundo de maneiio, nem a fazer o pagamento directo, porque é um sistema tipo Payshop. -----

Depois fazem uma série de reparos, alguns parecem-me que são transversais a várias juntas de freguesia, no final em termos das considerações a junta de freguesia de Mirandela está a cumprir aquilo que são os suportes legais em termos contabilísticos, está a cumprir muito bem, tomáramos todos nós que a maioria das juntas cumprisse em termos de responsabilidade financeira e de registo do contabilista com aquilo que a junta de freguesia de Mirandela fez, e o relatório de contas é exactamente os documentos que espelha toda a gestão financeira de dois mil e vinte e um e espelha aquilo que foi a execução orçamental de dois mil e vinte e um, foi acima de oitenta por cento. Isso é um bom sinal em termos de gestão significa que foram feitas ou obras ou prestações de serviços que serviam a população e é isso para que nós estamos, é para isso que fomos eleitos, não só a assembleia, mas também a junta de freguesia. Muito obrigado. -----



Posso-vos acrescentar que aquilo que foi em termos de receita de dois mil e vinte e um, ela rondou os quatrocentos e trinta mil euros, isto é, olhando para aquilo que foi o paradigma de dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, dois mil e vinte, dois mil e vinte e um foi o ano que a junta de freguesia conseguiu arrecadar mais receita, não podemos olhar para este número de uma forma também simplista. Este número é claramente inflacionado por uma transferência de verba de um apoio extraordinário que foi decidido pelo município de Mirandela de cerca de cento e quarenta e cinco mil euros. Este apoio extraordinário foi para execução de obras. Isto é, para execução de obras de pavimentação como a rua vinte e seis de Setembro, em Vale Madeiro a Rua das Fontes Frias, junto da ecoteca, a rua dos tanques, na Freixedinha, a própria passagem da sede antiga para esta nova sede, também teve um aumento em termos de investimento muito importante, e esta transferência que foi feita pelo município de Mirandela, cerca de cento e quarenta e cinco mil euros. Foi uma verba muito importante, que permitiu realmente concluir estas obras que estavam previstas. Em termos de despesa ela também é a maior de sempre. Estamos a falar de trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e sete euros. Realmente aquilo que vai ser o nosso orçamento para dois mil e vinte e dois. Vai ser muito parecido com este número, mas o que se nota é claramente um aumento de despesa. Muito provavelmente esta receita e esta despesa em dois mil e vinte e três irá ser muito maior, irá ser muito maior à conta daquilo que é a transferência de competências, em termos de responsabilidade financeira. Estamos a falar que este bolo irá ser significativamente superior. Esta assembleia sabe claramente que as transferências em termos de receita na sua maioria provêm da administração central, através do fundo de financiamento às freguesias e da administração local através daquilo que é o protocolo de apoio ao desenvolvimento da actividade, é porventura aquilo que é a nossa receita principal em termos de funcionalidade e a despesa em dois mil e vinte e um assentou muito no plano de investimento exactamente porque o apoio extraordinário serviu para investimento. Serviu para melhoria da condição de vida das pessoas e então houve mais bolo em termos de investimento na parte do plano anual de investimentos. Aquilo que é a despesa com pessoal, ela também tem vindo a crescer não é? Ela tem vindo a crescer ao longo dos anos, estamos a falar que em dois mil e dezoito a despesa começou a rondar os oitenta e oito mil euros, em dois mil e vinte e um rondou os cento e quatro mil euros, em dois mil e vinte e dois muito provavelmente vamos aumentar este valor, não tem a ver propriamente com o aumento do número de elementos do quadro, tem a ver sobretudo com a política que neste momento estamos a adoptar, fazer contratos de programa de inserção para carência, para resolução da carência efetiva na prestação de serviço à nossa população. ----- Neste momento temos quatro programas destes em curso e nós sabemos aquilo que é a transferência da receita do IEFP e depois fazemos aquilo que é o pagamento da despesa em recursos humanos a estes trabalhadores. São cerca de quatro, tem resolvido claramente aquilo que são algumas situações de carência efetiva nesta área. De resto não tenho assim mais nada a acrescentar. Agradecer a participação de todos. Obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Obrigado senhor presidente pela partilha de informação, passando então à votação do sexto ponto, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de gerência e relatórios de gestão, dois mil e vinte e um, nos termos da alínea b) do número um, do artigo nono, da Lei setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. Quem vota contra, quem se abstém, os documentos são então aprovados por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovados por unanimidade. -----

7º PONTO – Primeira Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Sétimo ponto. Primeira alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e dois. Alguém quer pedir algum esclarecimento sobre este ponto? Roger Ferreira: -----

Uma vez mais cumprimentos a todos, na assembleia de Dezembro quando aprovámos o orçamento para dois mil e vinte e dois, se se recordam eu tinha dito que esse orçamento não ia vigorar no ano de dois mil e vinte e dois, e que no ano de dois mil e vinte e dois, iríamos ter muito provavelmente alterações modificativas ao orçamento. E porquê? Porque não tínhamos um orçamento de estado aprovado. Como sabem hoje mesmo começou a discussão na generalidade, na Assembleia da República, do Orçamento de Estado apresentado pelo governo e vai ser hoje discutido, hoje e amanhã, na generalidade na Assembleia da República e provavelmente vai ser aprovado porque felizmente, digo eu, que o PS tem maioria absoluta e vai ser aprovado. Portanto vamos ter alterações ao orçamento, quando o orçamento for aprovado deixamos de funcionar em duodécimos, como temos estado até agora, e o país vai funcionar em pleno, com orçamento de estado aprovado. Portanto obviamente que vai haver alterações e portanto na junta de freguesia também se vai reflectir isso porque o FFF vai ser diferente daquilo que era nas suas participações do Estado às autarquias, ao poder local e às freguesias. Portanto tínhamos aqui no documento, é um documento pequeno, simples, tínhamos aqui, penso que era uma modificação de vinte e um mil euros, mais ou menos isto, não é? Penso que era isto. Portanto não é descabido que o senhor presidente da junta, de certeza que não vai ser a primeira alteração, ainda vamos ter mais, depois quando for aprovado orçamento de estado, ainda vamos ter se calhar mais duas ou três alterações a este orçamento durante este ano de vinte e dois, aqui nas assembleias de freguesia. E espero que depois as pessoas analisem e vejam as situações e o dinheiro que vamos ou não vamos receber, se vamos receber mais, se vamos receber menos, eu penso que vamos receber mais, porque há uma promessa do senhor Primeiro-Ministro dum reforço, eu ouvi-o dizer num reforço para as freguesias de locais às freguesias de sete e meio por cento. Se isto for verdade teremos obviamente que alterar e fazer mais modificações ao orçamento. Era só isto, obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Passando então à votação do sétimo ponto, primeira alteração modificativa ao orçamento de dois mil e vinte e dois, quem vota contra, quem se abstém, a primeira alteração modificativa para este ano é aprovada por unanimidade. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

8º PONTO – Inventário

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Oitavo ponto, inventário, um documento que tem que obrigatoriamente ser aprovado por esta assembleia, algum pedido de esclarecimento ou alguma intervenção? Não havendo, senhor presidente quer tecer algum comentário? -----

Presidente da Junta de Freguesia: -----

Muito obrigado senhor presidente, senhores secretários, restantes membros, público, em relação ao inventário da freguesia fez-se um trabalho de levantamento de todos os bens e de sinalização ou identificação dos bens. Era algo que ainda não estava feito em termos de sinalização para sabermos através duma leitura de um código de barras que aquele bem estava naquele sítio e que tinha determinada finalidade. Por isso fizemos esse trabalho, todo o inventário foi feito, aliás porque o nosso sistema informático foi alterado em Janeiro, obrigatoriamente tivemos que fazer tudo de novo e ainda bem que o fizemos. Porquê? Porque encontrámo-nos sempre situações algo caricatas e então acabaram por ser resolvidas. Na realidade espelha todos os bens da Junta de Freguesia. Eles estão perfeitamente identificados, por localização e por tipologia, e representa em termos de património. Património, ele não está desvalorizado. Não tem as depreciações, vamos chamar assim, de cerca de oitenta mil euros aproximadamente. Por isso é um inventário que foi feito, parece bastante rigoroso, foi um trabalho administrativo, no início do ano muito importante e está aqui espelhado em termos de documento, e compete à Assembleia

de Freguesia fazer então a apreciação, votação e aprovação ou reprovação desse documento. Muito obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Muito bem. Votação do ponto oito, inventário da Junta de Freguesia de Mirandela. Quem vota contra, quem se abstém. Aprovado por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

9º PONTO – Outros Assuntos de Interesse Para a Freguesia

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Nono ponto, outros assuntos de interesse para a freguesia. Inscrições. Membro Roger Ferreira. Por favor: -----

Mais uma vez boa tarde. Parece que sou chato, mas não sou. Eu falo pouco. Falo pouco. Mas neste ponto dos outros assuntos de interesse para a freguesia queria levantar aqui duas questões. Primeiro ponto, penso que na convocatória, neste edital, devia estar aqui um ponto que é informações da mesa. E não vejo cá. Desde Abril... desde Dezembro até Abril a mesa não tem nenhuma informação para dar a esta assembleia? Não sei, eu recorro que no mês de Fevereiro houve um congresso nacional da ANAFRE Associação Nacional de Freguesias, realizado penso eu em Braga, e que o senhor presidente não nos trouxe aqui nada daquilo que se passou no congresso da ANAFRE, que é um congresso importante, é um congresso de todas as freguesias do país, agrega muitas, não são todas, mas agrega muitas freguesias do país. E por exemplo eu gostava de saber o que é que se passou, não digo pormenorizadamente, aquilo que se passou no congresso. Algumas coisas já sei. Algumas coisas já sei, mas gostaria, e esta assembleia se calhar gostaria de saber quem foi eleito, por exemplo, presidente do conselho directivo da ANAFRE, quem foi eleito o presidente do conselho geral da ANAFRE, e quais os membros desta freguesia, quando estiveram presentes dois delegados desta freguesia, a representar-nos o senhor presidente da assembleia e o senhor presidente da junta, se foram eleitos, se não foram eleitos, sei por outros meios que o senhor presidente da junta foi eleito para o conselho nacional da ANAFRE. O conselho geral da ANAFRE não é? Sei isso. Não oficialmente. Eu quando era, eu não estou agora a fazer revivalismos nenhuns, mas quando era presidente da Assembleia de Freguesia e quando ia aos congressos da ANAFRE, tive o prazer de ir a três ou quatro, eu trazia normalmente, e há aqui membros desta assembleia que se recordarão bem de certeza e estão nos serviços administrativos, eu trazia todas as moções que foram discutidas no congresso da ANAFRE, trazia todas aqui à assembleia, se elas foram discutidas, estas assembleias, estas Moções foram aprovadas, com estes e estes votos, tantos com outra tantos, tantas abstenções e tantos a favor. E está aqui elaborado um dossier, que está aqui o dossier, todos os membros podem vê-lo quando quiserem e ficará depositado nos serviços administrativos, devem lá estar para todos os membros que quisessem consultar e portanto eu gostava de saber realmente quais os temas que foram mais enfatizados, digamos assim, nesse congresso, porque há sempre alguns temas que se sobressaem mais e que normalmente são sempre as competências das assembleias de freguesia e das juntas de freguesia. Porque nós queremos mais competências, mas juntamente com as competências também queremos, evidentemente se temos mais competências, se temos mais trabalho para realizar, também temos de ter a outra parte, financeiramente que nos consiga suportar essas competências porque darem-nos competências e depois não nos delegarem financeiramente os custos para essas competências também é melhor estarmos quietos não é? Portanto eu gostava de saber realmente aquilo que se passou na ANAFRE, quem é neste momento o presidente do conselho directivo da ANAFRE e quem é o presidente do conselho geral. Não sei. E acho que os membros daqui desta assembleia também gostariam de saber. Parece-me que era só isto. Pronto, obrigado. Obrigado. -----

Tinha falado em dois pontos, faltava-me aqui uma questão que queria colocar ao senhor presidente da junta, eu li aqui num documento qualquer, ou ouvi, não sei, que havia um projeto



para aquele pátio aqui ao lado, pátio escolar antigamente chamado assim, para fazer ali umas obras para recolha das carrinhas da junta e para o material de limpeza de roçadores e das motosserras, e não sei quê, aquele espaço, eu pergunto, é para deitar o muro abaixo? É para fazer e levar aquilo e fazerem uma cobertura, como é que vai ser? Penso que se tiverem que fazer isso tem que ser uma cobertura de acordo a área envolvente. Não pode ser uma cobertura em zinco ou qualquer coisa assim. Tem que ser uma coisa que esteja de acordo com o edifício e com a zona envolvente não é? Tem que ser uma coisa que tem que haver um projeto em condições, para que aquilo possa realmente ficar eficaz e faz falta recolher as carrinhas e recolher o material todo de limpeza da junta. Acho que é importante que seja devidamente arrumado e que estejam as coisas bem-feitas. Mas o projeto tem que ser muito bem executado e tem que estar enquadrado dentro da paisagem e dentro do edifício. Muito obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----

Mais alguma inscrição neste ponto? Mais alguém quer intervir neste ponto? -----

Assim sendo senhor presidente quer prestar alguns esclarecimentos? -----

Presidente da Junta de Freguesia: -----

Muito obrigado senhor presidente, senhores secretários, caros membros, caro professor Roger, obrigado pela intervenção. Dar nota que o aproveitando daquilo que foi há pouco, o orçamento, porque este orçamento em termos de revisão, ele já contempla aquilo que são as transferências previstas no orçamento de estado. Nós estamos a falar que em termos de aumento de bolo financeiro o FEF irá passar de cento e vinte e nove mil novecentos e noventa, para cento e trinta e seis e também no artigo oito temos o aumento de mais de cem por cento em que esse valor passa de oito mil cento e setenta euros, creio eu, para dezanove para dezanove mil seiscentos. Conclusão, são verbas importantes, já inscrevemos exactamente nesta alteração modificativa porque também é nossa intenção, de sermos rigorosos, e não apresentar aqui a cada assembleia alterações modificativas ao orçamento porque na realidade já existem alterações permutativas no orçamento, naquilo que é a gestão corrente, e o nosso orçamento então vai aumentar em termos de bolo para mais de trezentos e cinquenta mil euros para dois mil e vinte e dois, e já prevê exactamente esse tipo de verbas. Aquilo que é em termos de execução, candidatura ao PRR, que está em curso, que é para rectificação dos sanitários, sobretudo das pessoas com mobilidade. Na altura quando forem feitas as obras de adaptação não foram concluídas naquilo que era o acesso às pessoas com mobilidade. Foi feito um projeto em termos de arquitectura, feito um levantamento em termos de necessidade e estamos numa fase de candidatura ao PRR, para que possamos financiar estas obras pelo menos numa percentagem. Estas obras vão ser importantes em termos de garantia da acessibilidade a todos os cidadãos e estamos a falar duma obra que em termos de previsão terá um custo aproximadamente de dez mil euros e o que nós pretendemos é que a candidatura que iremos submeter neste caso tenha um financiamento em termos de taxa elegível superior, de cerca de cem por cento, e que possa chegar aos seis mil e seiscentos euros de financiamento e estamos a aguardar. Isto está previsto no orçamento essa receita e como é lógico em termos de execução estamos numa condição mais favorável se tivermos a aprovação através do financiamento do PRR, do que se não tivermos a aprovação do financiamento do PRR. Ela está também cabimentada no plano de investimento. Isto é, no plano de investimento para dois mil e vinte e dois também consideramos aquilo que também uma obra importante. Em relação à questão do parque, do Centro Logístico. Bem isto o que é que acontece? E indo ao encontro daquilo que foi a intervenção do membro do António Reboredo, com a transferência de competências, sobretudo na área da limpeza urbana que é a nossa, vamos chamar, grande volume, existe um condicionalismo que é os espaços do próprio município, que utiliza para este tipo de intervenção e na realidade o próprio município tem dificuldades em encontrar espaços que lhe resolvam as situações do dia-a-dia. Numa fase inicial está previsto que é a utilização em termos de partilha.



Isto é, tanto as equipas da junta de freguesia como as equipas na área dos Jardins vão partilhar os mesmos espaços mas nós temos que olhar mais para a frente não é? Na realidade nós precisamos de um centro logístico, um centro de recolha que possa ser o mais perto possível da área de atuação destes serviços, que é a área do centro urbano e que possa permitir por exemplo recolher as varredouras, que vocês vêem hoje em dia que estão a trabalhar na limpeza urbana, que irão passar em termos de acordo para, ou aquilo que é previsível, passar para a Junta de Freguesia, e nós precisamos de pensar mais à frente, precisamos de pensar fora da caixa e encontrar soluções neste âmbito. É claro que se chegar à altura iremos tentar encontrar soluções, não só solução financeira, como solução do projeto arquitetura de englobamento dos espaços exterior etc., para que nos possa resolver o problema logístico e que essa solução se enquadre na questão urbanística. -----

Em relação à questão da ANAFRE. Realmente também assumir aqui uma culpa que podíamos ter colocado mais informação sobre o congresso, na realidade também existiram uma série de moções, que o professor Roger falou. Podíamos também ter trazido aqui, mas o congresso foi sobretudo um congresso electivo dos órgãos, não é? O congresso electivo. Os órgãos mantiveram-se os mesmos, como presidente do conselho directivo, neste caso o presidente da junta de freguesia de Coimbra, não é de Coimbra é de uma de uma freguesia de Coimbra, o Jorge Veloso, e na realidade eu próprio fui eleito para o conselho geral. Mas da próxima vez iremos trazer toda a informação que seja pertinente, que seja tratada nesses congressos e temos todo o gosto de partilhar informação com esta assembleia. Mais uma vez não foi, obviamente, de propósito, foi um pouco descuidado, mas iremos rectificar essa informação. Muito obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
Muito bem mais alguma questão que se possa incluir aqui outros assuntos de interesse para a freguesia? Não. -----

10º PONTO – Segundo Período de Intervenção Aberto ao Público

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia: -----
Passamos então ao décimo e último ponto desta convocatória, o segundo período de intervenção destinado ao público, não sei se algum do público presente quer intervir? Não. Assim sendo estão cumpridos todos os pontos desta assembleia de freguesia, resta-me em nome da mesa agradecer a todos os membros da assembleia de freguesia a presença, o contributo de todos, agradecer ao senhor presidente Junta de Freguesia, ao restante executivo, e obviamente, ao público presente. Obrigado. São poucos, mas são sempre bem-vindos, é desejável que fossem muitos mais, e não poderia deixar de agradecer aqui, e que fique expresso o agradecimento à colaboradora do município, Carla Assis, pelo seu contributo muito valioso e que vai facilitar os trabalhos desta mesa na elaboração da ata desta assembleia que irá validar a mesma. Muito obrigado. Até breve. Teremos uma assembleia em junho. Se for necessária uma assembleia extraordinária, obviamente que cá estaremos para responder às necessidades da Junta de Freguesia. -----

Ainda No cumprimento dos preceitos legais gostaria de propor à Assembleia de Freguesia a aprovação da ata em minuta, visto ser necessário que os documentos aqui hoje aprovados, nomeadamente o relatório de contas de dois mil e vinte e um ter de ser remetido ainda este mês à DGAL e outras entidades competentes. -----

Como tal eu passava a ler, é muito breve: -----
Assembleia de freguesia de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois, a mesa constituída por Sílvio António dos Santos, Brigitte Menezes Pereira e João Miguel Ferreira Martins, estando presentes os restantes membros, António José Borges Reboredo, Roger do Nascimento Ferreira, Cândido Filipe Castro Nascimento, Eliete Margarida Guilheiros Lopes, Alexandra Lobreiro, Francisco José Ferreira Pires, Humberto Carlos Santulhão Taveira,

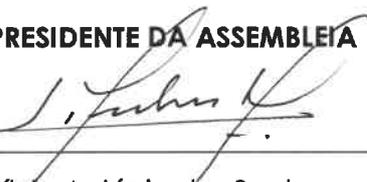


Duarte Nuno Teixeira Carneiro e Márcio Nuno Carneiro e Sá. Esteve ausente o membro Ana Filipa Sá Pires. A registar a ausência. -----

A Ordem dos Trabalhos inclui no primeiro ponto, Ata; Leitura, discussão e votação da 1ª sessão ordinária de 14 de Dezembro de 2021, aprovada com duas abstenções; o quinto ponto, Proposta de autorização para celebração de financiamento a curto prazo nos termos do n.º 5, do artigo 55º, da Lei 13/2013 de 03 de Setembro, aprovado por unanimidade; sexto ponto, Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas (Conta Gerência e Relatório de Gestão 2021), nos termos da alínea b) do nº1 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovado por unanimidade; sétimo ponto, primeira alteração modificativa de dois mil e vinte e dois, aprovado por unanimidade; e o oitavo ponto, o inventário, aprovado por unanimidade. -----

DELIBERAÇÃO: E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados no n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



Sílvia António dos Santos

1º SECRETÁRIA



Brigitte Meneses Pereira

2º SECRETÁRIO



João Miguel Ferreira Martins
